



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes

25 de julho de 2014

No dia vinte e cinco de julho de dois mil e quatorze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Manoel Stange, da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Flores Nardy; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Diretoria de Planejamento, sr. Roquemar de Lima Baldam; da Diretoria de Educação à Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Administração e Orçamento, sr. Antônio Tadeu Vago; da Diretoria de Tecnologia da Informação, Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Pizzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior, do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sr. Mário Cezar dos Santos Junior; do campus Serra, sr. Emerson Atilio Birchler; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O dirigente Luiz Braz abre a reunião, informando que o Presidente vai se atrasar um pouco em virtude de uma reunião que se estendeu mais do que o previsto, e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Apresentação da CPPD;**

3. Discussão de Orçamento; 4 . Apreciação da Resolução que regulamenta o pagamento da Gratificação por Curso de Capacitação; 5. Assuntos gerais. O dirigente Luiz Braz abre o **item 2** passando a palavra para o prof. Milson, presidente da CPPD, que inicia seu relato explicando o que é a Comissão Permanente de Progressão Docente. Logo após, o presidente faz um breve histórico da criação da CPPD por meio da Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012. O presidente expõe os aspectos norteadores do trabalho da comissão, enfatizando o assessoramento e a representação à classe docente. O presidente relata que comissão é constituída pela CPPD central e pelas CSPPD's que atuam nos campi e detalha a constituição da CPPD, relatando que foram eleitos nove membros titulares e nove membros suplentes, mas que, dentre os suplentes, quatro deles assumiram coordenações, o que resultou no desligamento destes da CPPD, por causa da incompatibilidade de funções. O presidente argumenta que a CPPD só tem 3 suplentes, situação preocupante, pois o pequeno número de suplentes, talvez não seja suficiente para atender uma eventualidade. O presidente comunica a entrega do memorando nº 28/CPPD/2014 à Reitoria pelo qual solicita que a atividade oficina de manuseio de processos, que será coordenada pela CPPD, seja realizada no dia 18 de agosto de 2014. O presidente apresenta a situação dos processos dos docentes, detalhando-os e exibindo o fluxo processual. O presidente também detalha a quantidade de processos recebidos e julgados, constatando, pelos números apresentados, um aumento na quantidade de processos. O presidente relata que dos 313 processos recebidos, 293 foram julgados, ou seja, um índice de 94%, concluindo que não há atrasos na tramitação e julgamento de processos. O presidente ressalta a participação da CPPD nas comissões de RSC, de Professor Titular e de Carga Horária Docente. O presidente justifica o aumento da carga horária dos membros da CPPD, atribuída pela resolução CS 23/2014 que alterou a resolução CS nº 34/2013, relatando que ao assumir a presidência da CPPD, a comissão tinha 4 processos e seus membros eleitos eram inexperientes. Originalmente, a resolução CS nº 34/2013 determinava carga horária de 2 a 4 horas, no entanto, segundo o presidente, o tempo de deslocamento do membro que sai de seu campus de lotação para a reitoria, onde são realizadas as atividades, não foi considerado. O presidente relata que a alteração na carga horária visa compensar o deslocamento do membro da CPPD, enfatizando que um aumento restrito aos períodos iniciais é insuficiente, pois a CPPD trabalha com 50 processos por mês, e sem o aumento definitivo da carga horária, a análise de todos os processos será impossível. O presidente relata que a resolução CS nº 34/2013 que criou a CPPD central e as CSPPD's, não especificou

as atribuições das comissões setoriais, acrescentando que há outro problema nesta resolução, ou seja, a determinação para que membros com afastamentos superiores a 60 dias percam o mandato. O presidente passa a palavra para o professor Paulo que relata que a resolução CS nº 38/2013 é uma norma que tem seus méritos, descrevendo em linhas gerais seus objetivos, mas ressaltando que há situações que não foram previstas pela norma. Dentre as falhas verificadas na resolução, o professor Paulo cita a falta de critérios e de responsáveis para se avaliar tanto os Diretores gerais quanto os Pró-Reitores, incluindo também nesse rol, os professores em afastamento. O professor Paulo alerta que se o diretor de ensino não definir a data de avaliação docente, infelizmente, não haverá avaliação. O professor Paulo propõe que, com o intuito de solucionar os problemas expostos, as CSPPD's tratem dos processos pertinentes às resoluções; que a CPPD trate dos casos em que os professores não exerçam a docência; que seja instituído um período de avaliação e que seja realizado um estudo na resolução CS nº 38/2013 com o intuito de facilitar o trabalho de quem for avaliar um Diretor-geral. O professor Paulo reitera que, enquanto não for elaborada e aprovada uma resolução, deve-se solicitar ao diretor de ensino que determine uma data para avaliação docente. O professor Paulo passa a palavra para o presidente Milson que reitera a ausência de definição sobre o papel da CSPPD's. O presidente também solicita que se consolide o espaço da CPPD; que se conscientize os gestores acerca da importância da CPPD; que se garanta condições mínimas de funcionalidade à comissão; que melhore a comunicação da CPPD com os docentes; que se valorize o trabalho da CPPD e das CSPPD's. O presidente solicita uma manifestação de escusas por parte do Conselho Superior, pois, segundo o presidente, a ata pela qual este Conselho sugeriu que a atual composição da CPPD baseou-se em critérios políticos em detrimento dos técnicos, não foi adequada e teve uma péssima repercussão na comunidade do Ifes. O presidente agradece aos dirigentes pela recepção à CPPD em visita aos campi, enfatizando que alguns dos diretores-gerais não valorizaram o trabalho da CPPD. O presidente ainda ponderou que as decisões do Colégio de Dirigentes devem ser construídas pela coletividade e que por isso devem ter maior publicidade. A Pró-Reitora Araceli informa que o instrumento de avaliação docente instituído pelo Fórum de Gestão Pedagógica será apresentado nos próximos dias. O Presidente Denio informa que avaliação docente não pode ser a cada 4 anos, pois não haveria como corrigir algum problema durante um prazo tão longo, por isso, acredita que a avaliação anual será mais adequada. O professor Paulo acrescenta que a avaliação deve ser contínua. O Presidente agradece a presença do presidente Milson e do

professor Paulo e informa que os professores Fátima e Hudson serão os administradores institucionais no RSC. O Presidente informa que há a possibilidade de que, a partir da próxima terça-feira, a operacionalização dos processos do RSC tenha início, enfatizando que, infelizmente, o número de avaliadores do Ifes é muito pequeno e desta forma, é preciso reforçar e divulgar a necessidade de avaliadores internos, ressaltando que não há impedimento quanto a titulação e ou tempo de instituição. O Presidente detalha a tramitação do processo de solicitação de RSC, informando que o processo será encaminhado a CPPD, depois o sistema do Mec / RSC sorteará a comissão especial para qual a CPPD encaminhará o processo digitalizado. O Presidente explica que professor solicitante deverá fazer o requerimento, preencher a pontuação a partir dos anexos disponíveis no site do Ifes e entregar a CSPPD que vai conferir se os documentos condizem com os arquivos em mídia digital, sendo que o último será encaminhado à CPPD. O presidente Milson questiona se haverá, nos campi, infraestrutura para que os professores possam fazer a digitalização. O Presidente informa que cada professor é responsável pelo seu processo, e que por isso, não haverá infraestrutura disponível para esse fim. O dirigente Jean informa que a aula inaugural do campus Barra de São Francisco acontecerá na próxima segunda-feira, dia 04 de agosto de 2014, colocando-se à disposição para reservar de hotel aos interessados em participar do evento. O Presidente abre o **item 4** e solicita que os dirigentes leiam a resolução em casa e que encaminhem, por email, sugestões para Katia e ou Danusa, responsáveis pela relatoria desse item na próxima reunião do Conselho Superior que irá se realizar no dia 01 de agosto de 2014. O Pró-reitor Ademar enfatiza que essa proposta disciplina a capacitação interna e solicita especial atenção para o artigo 4º. O dirigente Luiz Braz Galon relata que o assessor do governador solicitou autorização para realizar filmagens no campus Colatina, com o intuito de apresentar a universidade estadual. O Presidente comunica que não se pode realizar filmagens no campus, pois seriam exibidas imagens de obras que não foram feitas pelo Governo Estadual. O Presidente ressalta que foi enviado aos diretores-gerais o código de ética eleitoral que expõe diretrizes de como proceder em casos semelhantes. O Presidente informa que não há uma determinação específica para cada caso, e sim diretriz, desta forma o dirigente terá que interpretar a situação para basear sua decisão, solicitando que as dúvidas sobre conduta ou permissão sejam encaminhadas à Reitoria. O Presidente abre o **item 3** informando que a proposta a ser apresentada refere-se a obras, ressaltando que a intenção é iniciar as discussões hoje e decidir, no máximo, em mais uma reunião. O Presidente comunica que não tem informações sobre o

valor do orçamento 2015, visto que a proposta será aprovada em dezembro, no entanto, ressalta a necessidade do Ifes continuar trabalhando, articulando apoio parlamentar para conseguir o orçamento necessário. O Presidente comunica que a Setec está discutindo o orçamento de matriz de custeio do Conif, relatando que a proposta inicial foi de R\$ 3,3 bilhões e que se baseou no crescimento dos campi e no número de alunos. O Presidente acredita que o valor deve ficar entre R\$ 2,5 e R\$ 3,0 bilhões, concluindo que o orçamento terá valor razoável mas não tão significativo quanto o esperado. O Presidente destaca que, com a previsão de orçamento idêntica a desse ano, um eventual aumento de despesas de custeio significará uma possibilidade menor de investimento. O Presidente informa que as solicitações do Ifes perfazem um total de R\$ 309 milhões, somente para obras, e que levou esses valores para o Ministério da Educação, justificando que este valor garantiria ao Ifes condições mínimas de funcionamento. O Presidente destaca que o orçamento de 2016 não foi discutido, pois ele não está no controle da equipe atual, uma vez que pode haver mudança no governo a partir das próximas eleições presidenciais. O Presidente apresenta planilha com todas as solicitações dos campi, explicando que esse documento foi elaborado baseando-se em prioridades que foram classificadas por índices, ressaltando que as prioridades localizadas no mesmo índice têm valor idêntico, independente da sequência de apresentação. O Presidente passa a palavra para o Pró-reitor Ademar que apresenta algumas curvas com a evolução das matrículas e ofertas de vagas do Ifes. O Pró-reitor Ademar informa que a planilha foi elaborada a partir de um levantamento realizado no Ifes nos últimos 4 anos, solicitando espaço no Fórum de Diretores Gerais para discussão dos números, uma vez que alguns são divergentes. O Presidente exhibe o gráfico vagas por matrículas, no qual o número de vagas apresenta-se em uma constante, relatando que entre 2011 e 2013 houve aumento do número de campi e, conseqüentemente de cursos, concluindo que não houve aumento no número de vagas, de acordo com os dados do Sistec. O Presidente destaca que o número de matrículas é a base do custeio, desta forma, onde houve diminuição de matrícula, haverá diminuição do valor do custeio. O Presidente constata que alguns campi cresceram e mediante a manutenção do número de matrículas, conclui, por outro lado, que alguns diminuíram. Após argumentação dos dirigentes, o Presidente concorda que a greve pode ser um atenuante, mas enfatiza que a evasão é o principal responsável por esse problema, devendo-se também levar em conta o encerramento de cursos e a verticalização. A dirigente Denise relata problemas no relatório do Sistec. O dirigente Ricardo relativiza os números, apresentando argumentos diversos. O dirigente

Ronaldo sugere uma reunião do Fórum de Diretores para tratar exclusivamente do assunto. O Presidente apresenta o comparativo do número de alunos dos níveis técnico e superior, informando que esse gráfico reflete o custeio do Ifes e pelo qual se verifica um problema. Segundo o Presidente, a curva que mensura o número de alunos do nível técnico apresenta-se em decrescente se comparada com anos anteriores, o que significa que o Ifes está fechando curso técnico e abrindo superior, o que é uma forma errada de verticalizar, concluindo que o correto é manter o técnico e aumentar o superior. O Presidente mostra a evolução do número de professores, de 900 em 2011, para 1260 em 2014, ressaltando que, inexplicavelmente, os números de matrícula e de oferta não aumentaram. O Presidente informa que, quando vai a Brasília pleitear aumento no orçamento, o Ministério apresenta a planilha Simec, em que os números apresentados são os argumentos do governo para negar ou modificar o pleito, ressaltando que o Mec sempre apresenta uma contra proposta, ou seja, questionando o que o Ifes vai oferecer caso receba os recursos solicitados. Os Diretores-gerais contestam as informações apresentadas, apresentando situações que relativizam os dados fornecidos pelo Simec. O Presidente diz que esse momento não é propício para discutirmos possíveis problemas no sistema, mas sim, para termos consciência da situação e depois formularmos propostas para uma solução. O Presidente informa que entregará os gráficos correspondentes a cada campus para que os diretores-gerais saibam exatamente quais são e onde estão os problemas, e assim, corrigir eventuais falhas nos dados. O diretor Roquemar explica a elaboração da planilha de investimentos em obras, destacando que, por 4 a 5 semanas, solicitou aos dirigentes que enviassem os dados dos campi e que, a partir do recebimento destes, foi feita a classificação constante na proposta. O diretor explica cada um dos códigos utilizados no critério de prioridade, a saber: prioridade 0 - em execução / prioridade 10 - pactuado : reitoria e campus / prioridade 20 - pedidos extraorçamentários / prioridade 30 - obras básicas / essenciais para funcionamento do campus / prioridade 40 - sem estas obras não há possibilidade de expandir o quantitativo de alunos. O Presidente informa que há obras específicas, mas também há obras padrão, acrescentando que atualmente o Ifes está montando um RDC registro de preços para construção de blocos que permitirá um melhor uso do recurso a ser disponibilizado. O diretor Roquemar explica cada item da planilha, especificando situações padrão que vão influenciar no valor de edital do RDC. O Presidente informa que cada campus receberá recursos de acordo com sua solicitação e classificação na proposta, enfatizando que os campi menos estruturados solicitaram uma quantidade de recursos inferior aos outros. O diretor

Roquemar sugere a otimização de espaços, exemplificando que um diretor-geral solicitou um laboratório específico de elétrica, enquanto outro campus utiliza um laboratório geral de elétrica para o mesmo fim. O diretor informa que a taxa de ocupação dos laboratórios do Ifes é de, em média, 15%, havendo casos de ocupação de 3%. O Presidente explica que há obras classificadas pelos códigos 50, 60 e 70, ressaltando que para as obras classificadas até o código 40, serão necessários, no orçamento de 2015, 70 milhões de reais, enfatizando que esse valor ainda não está disponível. O Presidente comunica que se essa proposta for aprovada, pode-se tentar executar até a prioridade 40, acrescentando que as outras têm pouca possibilidade de execução. O Presidente comunica que por meio do RDC vai ser possível realizar o registro de preços e executar as obras até o código 40, acrescentando que nas próximas terça, quarta e quinta vai trabalhar na elaboração do edital. O Presidente informa que precisa dos dados o mais rápido possível para o RDC, acrescentando que os diretores não precisam se preocupar com quem será o responsável pela execução. O dirigente Tadeu solicita esclarecimentos sobre a pactuação, perguntando se eles serão empenhados. O Presidente esclarece que é necessário licitar esse ano e que a execução ocorrerá em 2015. O diretor Roquemar resalta que o maior problema de execução é o empenho, já o projeto executivo, tem chance de ser pactuado, caso o campus não consiga executar os trâmites legais. O Presidente pergunta qual seria a data limite para empenho, ressaltando que após essa data, o empenho ocorreria em janeiro de 2015. Após discussões, o Colégio de Dirigentes decide que a data limite para empenho é 1 de novembro de 2014, quem não empenhar até essa data, não empenhará em 2014. O diretor Roquemar explica a matriz de análise, expondo alguns critérios que podem ser utilizados na classificação hierárquica das obras, tais como, se a obra não estiver no PDI terá hierarquização menor; índice de eficiência do campus. O dirigente Ronaldo sugere o critério de responsabilização do que foi concluído. O diretor Roquemar considera esse critério subjetivo, explicando os motivos. Diante da necessidade de se discutir com maior profundidade a classificação das prioridades, o presidente sugere interromper a reunião e continuar as discussões no dia 01/08/2014 às 10h00. Os dirigentes concordam. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.